

ADAPTABILIDADE DO SERVIÇO POLICIAL FRENTE À EVOLUÇÃO SOCIAL.

ADAPTABILITY OF THE POLICE SERVICE TOWARDS SOCIAL EVOLUTION.

SANTANA, César Junior¹
SILVA, Dogivan José da²

RESUMO

Por meio desse trabalho foi realizada diversas pesquisas para melhor entender e mensurar a amplitude do serviço policial militar, sua complexidade, capacidade de adaptação e constante evolução. Como principal resultado, foi possível observar os fenômenos sociais que influenciam a atividade policial. Assim, demonstrando que a polícia teria dificuldades na ação cotidiana conforme o meio em que ela esteja inserida. Conclui-se que, com o histórico, muitas vezes, de “repressão e abuso”, a população tende a se opor ao serviço policial diário. Dificultando assim a interação entre polícia e sociedade, que hoje, no cenário global, se torna indispensável para a otimização do desempenho no combate ao crime e no controle social.

Palavras-chave: Policial Militar. Serviço Policial. Polícia e Sociedade.

ABSTRACT

Through this work, several surveys were carried out to better understand and measure the breadth of the military police service, its complexity, adaptability and constant evolution. As a main result, it was possible to observe the social phenomena that influence the police activity. Thus demonstrating that the police, would have difficulties in the daily action according to the environment in which it is inserted. It is concluded that, with the history often of "repression and abuse", the population tends to to oppose the daily police service. Thus, he interaction between police and society, which today, in the global scenario, becomes indispensable for the optimization of performance in the fight against crime and social control.

Keywords: Military Police. Police Service. Police and Society.

¹ Aluno do Curso Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, jr.santana@hotmail.com; Luziânia-Go, maio de 2018.

² Professor Orientador: Especialista do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, dogivan.silva@gmail.com, Luziânia – Go, maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A adaptabilidade do serviço policial frente à evolução social chega a ser complexa tanto quanto o cotidiano dos agentes de segurança pública, uma vez que, a demanda varia de acordo com os anseios sociais, culturas regionais, e até mesmo com a 'educação' no sentido mais amplo e abrangente possível. A presente pesquisa possui o intuito de dimensionar a relação de importância da integração social, entre a população e o próprio agente de polícia, objetivando lograr êxito nas mais diversas missões inerentes à segurança pública.

Dentro do âmbito da PMGO, salienta-se a importância de conhecer as complexidades e discrepâncias em relação ao serviço policial e o meio em que a própria polícia está inserida.

Assim, o contexto amparado pelo desenvolvimento social vem motivando as mudanças na gestão e operacionalidade de toda a polícia, levando em consideração o avanço social e os anseios da população local, juntamente com a cultura e os costumes abrangentes em todo o sistema de polícia cidadã. Desta forma buscando entender as diferentes frentes de serviço e formas de atuação, a fim de alcançar a mais perfeita otimização de recursos e uma maior interação entre polícia e sociedade, objetivando, desta forma, realizar as atividades inerentes à segurança pública personalizado para cada localidade conforme as necessidades específicas.

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura, utilizadas obras de autores consagrados e sites acadêmicos. Avaliando-se a importância da versatilidade e habilidades adquiridas na intensa preparação para minimizar a vitimização policial e otimizar o atendimento à sociedade, visando sempre a manutenção da paz e o bem-estar social.

A pergunta de pesquisa foi: a sociedade escolhe a polícia que tem?

A busca de artigos foi realizada nas bases eletrônicas SciELO e biblioteca digital PMGO, estudadas entre 2001 a 2010, por meio das palavras chaves: Trabalho policial. Polícia e a Sociedade. Conduta policial. Vitimização policial. Tamanho lapso temporal se dá pela escassez de material metodológico oriundo dessa ceara.

A avaliação crítica dos artigos realizou-se da leitura na íntegra. Como resultado, as análises das pesquisas foram combinadas com as associações e desfechos do mesmo interesse propostos pelos autores estudados.

2. REVISÃO DA LITERATURA

No que concerne à missão policial, em todo o mundo as atividades são oriundas das mesmas diretrizes, praticamente. Porém, nenhuma polícia no mundo tem, realmente, as mesmas funções práticas diárias e normas de ação. E não poderia ter, pois as ações são pautadas de acordo com o contexto em que seus agentes estão inseridos.

Em todas as latitudes e longitudes, e por mais diferentes que sejam as tradições ou as culturas cívicas, por mais dessemelhantes que sejam as instituições políticas ou os graus de desenvolvimento econômico, todas as polícias do mundo têm como obrigação as mesmas missões. Não que seus agentes realizem todos eles, em todos os lugares, as mesmas tarefas. Não que enfrentem a mesmas situações. Mas, em toda parte, a organização e o funcionamento dos sistemas policiais são estruturados a partir de uma matriz, composta de algumas grandes missões, na qual se enxerta todo um leque de tarefas que, por sua vez, variam segundo os países e, no interior de um mesmo país, segundo os corpos policiais. (MONET, 2001).

O trabalho policial também é comumente descrito em termos de situações com as quais a polícia se envolve: crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas, acidentes de automóvel, pessoas suspeitas, supostos arrombamentos, distúrbios públicos e mortes não naturais. Nesse caso, a natureza do trabalho policial é revelada por aquilo que ela tem de lidar (BAYLEY, 2002).

As ações policiais têm ligação direta com o meio em que a instituição está inserida, além de reproduzirem exatamente a necessidade cotidiana da população, os próprios agentes são representantes dessa sociedade, logo que dela também fazem parte, e já eram cidadãos antes mesmo de constituírem parte integrante da polícia. Assim, os policias lidam com os devaneios da sociedade de forma funcional e social.

Dessa forma, o estudo de PAZ et al. (2004), afirma que uma polícia cidadã tem de estar presente em todos os bairros, na forma real ou potencial, atuando com ênfase na prevenção dos delitos, especialmente naqueles locais de maior vulnerabilidade social e de elevado nível de conflitualidade. É claro que isso é muito complexo e depende da visão de mundo. Tudo isso proporciona um campo profundo para discussões, porque não são coisas que podem ser resolvidas com uma pequena conversa, numa entrevista com curto tempo de duração. Entretanto,

como elemento para futuro debate, pode-se aprofundar elementos dessa visão do mundo. A polícia tradicional parte do princípio de que existem dois mundos: o do bem e o do mal. A polícia de controle (tradicional) parte com essa visão, ou seja, o traficante é o traficante e o cidadão é o cidadão, por exemplo.

A violência e a crescente criminalidade estão diluídas por toda a sociedade. Para se chegar à resolução dos problemas, as polícias precisarão fazer uma articulação de ações, compreensão e identificação do seu núcleo, buscando melhores soluções. Ou seja, cada fato que se apresenta hoje para polícia merece um tratamento diferenciado, e esta exigência está estabelecida para a ação da polícia no ambiente democrático. Assim, pode-se perceber que a função policial necessita ser vista, também, como de delicada complexidade e, para ser bem exercida, tornam-se imperativos sua qualificação, o reaparelhamento tecnológico, a atualização das técnicas policiais e, principalmente, sua revisão conceitual. A sociedade, por sua vez, deve assumir que é uma sociedade complexa, na qual os conflitos acontecem no dia a dia e a todo o momento, exigindo da segurança pública ações diferenciadas. Não é possível se fazer hoje um procedimento padrão para o policial no seu trabalho cotidiano. Ele precisa ter a capacidade de ampliar o espaço de decisão nas escolhas das ações e intervenções para cada fato que enfrenta. Então, neste momento, a postura mediadora passa a ser uma função importantíssima na ação da polícia. (PAZ et al., 2004).

O trabalho policial geralmente é visto como tendo certos traços de caráter que são dados como certos, e que, em ambos os lados, controlam as interações entre policiais e cidadãos. (BITTNER, 2003).

A discussão pública e a tendência política brasileira têm apontado como soluções salvadoras o endurecimento da repressão, especialmente quando ocorrem crimes violentos, que assumem amplos espaços na mídia, influenciando a formação da opinião pública. (PAZ et al., 2004).

Hoje, no Brasil, as cidades estão hierarquizadas por diferentes critérios. Um deles é o da violência. Bairros mais violentos são menos valorizados e isso atinge a autoimagem do morador e o conjunto da cidade. Tal situação, confirmada por este estudo, generaliza-se nos bairros populares, onde se podem constatar as extensões sócio psicoculturais desse fenômeno e suas múltiplas faces no desempenho da Polícia. Esta discussão, que coincide com o debate sobre a generalização da violência na sociedade brasileira, procurou mostrar, mais uma vez, a gravidade do estado desse fenômeno, especialmente para os segmentos de

menor renda e para as organizações policiais no país. Enfatizando, que a violência e, com ela, a insegurança e o medo têm envolvido a todos indistintamente na sociedade. Todavia, por múltiplas razões que se tentará aqui analisar, as camadas populares convivem mais diretamente com esses fenômenos e, do mesmo modo a Polícia do contingente operacional, soldados e sargentos, que se encontram duplamente expostos à violência, como profissionais e como indivíduos. Esse contingente na estrutura hierárquica de cargos da instituição policial é representado por aqueles que mantêm relações diretas com a comunidade e, por essa razão, seus ocupantes são os que projetam a imagem da Polícia na sociedade. Tenta-se, dessa forma, evidenciar tais problemáticas emergentes na busca de compreensão do relacionamento da Polícia com a sociedade, chamando a atenção para a complexidade e a extensão das formas de relação que se manifestaram entre elas (COSTA, 2005).

Conforme a vitimização policial, a pesquisa de Ramos (2005), os policiais mortos e feridos por todas as causas, de 2000 a 2004, 56,1% foram vitimados durante as folgas, contra 43,9%, em serviço. Nesse período, a ação violenta representou 57,2% das causas de suas mortes e ferimentos, proporção que cresceu nos últimos dois anos, passando de 53,2% em 2002, para 63,7% e 67,1% em 2003 e 2004, respectivamente.

Ramos (2005) conclui que merece atenção a vitimização dos agentes de segurança em suas folgas [...]. Outro motivo se deve à presença dos policiais, como cidadãos, em cenas de conflitos em bairros, em bares e em transportes quando, por via de sua função, acabam se envolvendo. Muitos, também, são vítimas de emboscadas de delinquentes. Esse último motivo leva a que seja comum o fato de os policiais esconderem seus distintivos e profissão, visando diminuir as ameaças e ataques que lhes são impingidos. Não deve ser descartado também o fato de que, no ambiente de trabalho das corporações, esses agentes desfrutem de maior proteção grupal e de atenção e cuidados muito mais estruturados e padronizados tecnicamente.

Um dos agravantes do estresse no trabalho do policial pode estar associado à limitação que a sociedade submete pessoas quanto às manifestações de suas angústias, frustrações e emoções. Esse fato fica ainda mais grave no caso do policial, pois, se não há espaço para que tais manifestações sejam reveladas e trabalhadas, então, possivelmente, esses sintomas podem ser prejudiciais diante de uma situação que envolve risco. (OLIVEIRA e SANTOS, 2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Toda via, analisando todos os dados e informações coletadas, a atuação policial está ligada diretamente ao meio em que a instituição está inserida e reage diretamente de acordo com os chamados da população conforme as peculiaridades de cada sociedade.

Em relação ao trabalho policial, segundo Bayley (2002), podem ser usadas três maneiras bem distintas de descrever a atividade policial, cada uma a partir de diferentes fontes da informação. O trabalho policial pode se referir, primeiro, ao que a polícia é designada para fazer; segundo, as situações com as quais ela tem que lidar; terceiro, às ações que ela deve tomar ao lidar com as situações.

Segundo estudo conduzido por Paz et al. (2004), a polícia cidadã, sintonizada e apoiada pelos anseios da comunidade, só terá sucesso se estiver voltada para a recuperação de quem ela prende, pois, caso contrário, será simplesmente uma polícia formadora de bandido, quer dizer, ela vai recrutar bandido, vai marginalizar ainda mais. É necessário incluir, nesta análise, todo o sistema de persecução penal e de política social. Esta é a tarefa que precisa ser desenvolvida.

A complexidade inerente à atividade policial se desmitifica ao pararmos para realizar uma análise social sobre o policial como cidadão. Nesse ponto, o cidadão, como agente da lei, não está totalmente isento de possíveis erros e até arbitrariedades. Contudo, a população enxerga a polícia como instituição, e cobra, diversas vezes, atitudes sobre-humanas de seus agentes, desconsiderando a natureza pessoal do indivíduo munido daquela autoridade.

Com base nisso, o autor Bitnner (2003) afirma que, embora provavelmente seja verdade que as pessoas cuja natureza se inclina a enxergar os problemas morais e legais apenas em preto e branco tendam, com maior frequência do que as outras, a escolher o trabalho policial como uma vocação, é importante enfatizar que a necessidade de desconsiderar a complexidade desses problemas é construída estruturalmente na ocupação policial em si. Somente depois que um suspeito é preso, ou depois de que termine um curso adverso de eventos, é que há "espaço" para refletir sobre os méritos da decisão e, normalmente, tal decisão será então encaminhada para outros funcionários públicos. Embora se espere que os policiais vão ser justos e que a experiência e a habilidade vão guiá-los no desempenho de seu trabalho, é tolice esperar que eles possam sempre ser, ao

mesmo tempo, rápidos e sutis. Nem é razoável exigir que prevaleçam onde devem prevalecer, embora se espere que sempre vão manipular a resistência de modo gentil. Como as exigências de rapidez e daquilo que, com frequência e usando de eufemismo, é chamado de "ação agressiva" sejam difíceis de serem conciliadas com o desempenho livre de equívocos, o trabalho policial está, por sua própria natureza, geralmente condenado a ser injusto e ofensivo para alguém. Sob a dupla pressão de "ser correto" e de "fazer alguma coisa", os policiais são inúmeras vezes colocados na posição de, mesmo antes de entrarem em ação, estarem comprometidos.

Dentro do conceito do policiamento tradicional se tinha uma visão onde a ação enérgica, e muitas vezes truculenta, da polícia mantinha a sociedade longe do caos. Entretanto, com conceitos modernos, como, policiamento comunitário, é notório o melhor desempenho das ações policiais conjuntas com a população. Essa "cooperação" tem se mostrado de extrema eficiência e demonstrado resultados positivos que a interação de forma mais harmônica e próxima da população tem obtido, se tornando um modelo indispensável à evolução social.

Nesse sentido, o estudo conduzido por Bittner (2003), as atividades incluídas sob a designação policiamento comunitário têm conseguido respeitabilidade, e que um número grande e crescente de policiais que ocupam posições de responsabilidade têm começado a encará-las como indispensáveis para que o policiamento e a manutenção a paz sejam eficazes.

Com isso é notório que a sociedade "escolhe/cria" o tipo de polícia que nela opera. Uma vez que o agente policial é oriundo da própria sociedade e, infelizmente, dos próprios vícios e anseios.

Outra forma de demonstrar isso é observar as estatísticas de vitimização policial; "A polícia que mais mata é também a polícia que mais morre".

Do total de 758 policiais mortos, 173 (22,8%) estavam em serviço. Quando mortos em serviço por ação violenta, essa proporção é um pouco maior (26,4%). Os dados mostram um crescimento desde o ano de 2002 da proporção de óbitos em serviço por ação violenta, passando de 75% para 88%. O número de policiais que perderam a vida em serviço foi 2.5 vezes maior em 2004 quando comparado ao ano de 2000 (RAMOS, 2005).

Além do risco intrínseco ao trabalho, muitos motivos são evocados como condições da vitimização. Dentre eles, citam-se alguns conhecidos como o fato de os atuais coletes por eles usados não os protegerem contra tiros de fuzil. E também

a obsolescência dos equipamentos ofensivos, diante das armas possantes e as táticas de ataque dos delinquentes. (RAMOS, 2005).

Sobre a exposição da Polícia à violência, os resultados obtidos no estudo conduzido por Costa (2005), das entrevistas com os policiais constam [...] que, na condição de profissional de segurança pública, 79,31% deles encontram-se mais expostos à violência, do mesmo modo que às famílias as quais devem proteger. 79,3% dos policiais afirmam que, constantemente, se vêm envolvidos em situações de violência. Talvez um dos motivos seja o uso da farda que, segundo eles, os expõe mais à violência. Em outras palavras: o policial se torna mais vulnerável porque, através da farda, o criminoso o identifica mais facilmente, aumentando, como isso, o número de represálias.

Em relação à conduta do policial, Costa (2005) obteve os seguintes resultados: 82,57% dos chefes de família entrevistados consideraram negativo o desempenho e 11,93% consideraram-no positivo. Quanto ao aspecto positivo, observou-se a expressão alude a problemas inter-relacionados, mas que apresentam naturezas distintas, como questões que pertencem ao campo da gestão, da análise organizacional e do comportamento ético-moral da polícia, envolvendo a responsabilidade social da corporação, do policial e das políticas públicas. Entre os aspectos negativos, porém, destacou-se a forma negligente, descuidada, agressiva e não respeitosa de se relacionar com o público.

Todas as polícias têm os objetivos semelhantes, senão idênticos, não importando as peculiaridades e diferenças mais discrepantes que possam aparecer. Elas sempre têm como atividade fim a manutenção da lei e da ordem, em todos os lugares, por toda circunscrição, em todo o tempo. Isso não quer dizer que todas as instituições polícias sejam iguais, na verdade é exatamente o oposto, pois toda população possui característica própria, cultura, costumes, comportamentos etc. E é exatamente isso que torna o trabalho policial complexo, objetivando o uso das mais variadas técnicas e habilidades para conseguir realizar as mesmas missões em lugares e sociedades tão distintas. Apesar das adversidades contidas na rotina diária policial, seus agentes acabam lidando com naturalidade nas mais diversas atividades e desenvolvendo extremo senso de controle para condução de cada tipo de situação.

Contudo, o fato de lidar constantemente com as mais diversas e difíceis situações, acaba influenciando negativamente na vida pessoal do policial. Tornando essa profissão umas das problemáticas em relação à saúde mental e emocional de

seus trabalhadores. Isso tem um peso catastrófico quando mensurado ao péssimo apoio institucional e até mesmo ao não descobrimento precoce para um tratamento adequado, afim de restabelecer o total e completo equilíbrio emocional do policial.

O estudo de Oliveira e Santos (2010), explorou a percepção de policiais militares da força tática e de rua acerca dos aspectos que permeiam sua saúde mental [...]. Participaram 24 policiais militares de dois Batalhões da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Para aqueles que consentiram na participação, foi aplicado individualmente uma escala com 30 questões, abordando assuntos relativos ao tema. Os resultados evidenciaram que os participantes (91, 7%), sempre ou às vezes, percebiam-se estressados; uma parte (41, 7%) relatou já ter agido impulsivamente em alguma ocorrência; 88, 3%, sempre ou às vezes, se sentiam emocionalmente cansados após o dia de trabalho; 62, 5% afirmaram que às vezes percebiam-se agressivos no trabalho; 20, 8% já pensaram em suicídio e 8, 3% nunca se sentiam realizados com a profissão.

Qual é o modelo que a sociedade quer? É uma polícia “linha dura”? É um Judiciário “duro”, com altas penas? É uma prisão de segurança máxima? Em relação a crianças e adolescentes também medidas de endurecimento das ações repressivas? Existe, na verdade, um aumento da criminalidade em todo o mundo, por razões estruturais, assim como há um senso comum pedindo uma polícia repressiva. A discussão pública e a tendência política brasileira têm apontado como soluções salvadoras o endurecimento da repressão, especialmente quando ocorrem crimes violentos, que assumem amplos espaços na mídia, influenciando a formação da opinião pública. (PAZ, 2004).

A questão central é a percepção histórica do fenômeno da insegurança coletiva pela sociedade, a qual não dispõe de um debate profundo e qualificado sobre o tema, ao mesmo tempo em que o próprio poder público carece deste debate, como demonstra a escassez de políticas públicas e as manifestações das autoridades, que trazem uma visão parcial desse fenômeno, ligada apenas a um dos componentes deste sistema, ou seja, a Justiça e a Polícia. A questão da insegurança cresce diante da compreensão de que a Justiça e a Polícia têm problema e, a partir daí, todo o sistema é demandado a achar uma solução para a questão do funcionamento da Justiça e da Polícia. São desconsiderados neste debate os demais setores públicos e sociais que são agentes intervenientes neste sistema. (PAZ,2004).

O desenvolvimento das ações policiais tem aceitação variável conforme cada indivíduo. No momento em que o cidadão passa por uma situação onde se torna vítima de um criminoso, em sua visão é aceitável uma atitude mais enérgica e até mesmo violenta por parte da polícia, pois motivado pelo desejo de vingança(retribuição) espera que o delinquente pague pelo que fez. Contudo, em ações que não geram o ímpeto pessoal, a sociedade, no geral, não se faz complacente com ações policiais enérgicas, invertendo valores e culpando o agente policial por qualquer possível excesso. Desse modo, o apoio social se torna tão volúvel quando a opinião pessoal, onde o cidadão espera que a polícia seja apenas uma extensão de seus próprios membros, e não do Estado. Onde a buscar pela defesa individual prevaleça à defesa coletiva.

Podemos ter uma melhor percepção disso em casos de comoção social, onde não é completamente aceitável ações extremamente legalistas por parte dos policiais, pelo fato da população esperar que agentes policiais, ao se depararem com esses casos, façam a justiça humana se sobrepor à justiça real. Porém, o cidadão investido dessa autoridade, que assume o papel de proteger a sociedade, cumpre esse dever mesmo que seja proteger a sociedade dela própria.

Uma intervenção policial sempre terá duas óticas, totalmente variáveis de acordo com o mérito de quem a julga. Pois o criminoso, por pior que ela seja, tem familiares e amigos, além de pessoas que são adeptas à visão de culpa parcial do Estado e da sociedade, e que sempre esperam a possível reabilitação do indivíduo. Dessa forma achando que todos merecem uma segunda chance, mesmo que em muito casos seja a terceira, quarta ou décima chance.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o resultado obtido ressalta a necessidade de um trabalho conjunto entre população e polícia, visando assim o bem comum e a manutenção da paz e da ordem. As expectativas e anseios devem coincidir com a determinação em suprir as lacunas sócias para manter um crescimento evolutivo, desta forma instituindo uma parceria entre cidadãos e policiais, com o intuito de reprimir o crime e controlar as ações que fujam do linear de convívio social.

Toda via, levando em consideração a letalidade da tropa e a vitimização sofrida por seus próprios agentes, vemos a compatibilidade da expansão da violência urbana para ambos os “lados”. É compreensível que população e polícia fazem parte do mesmo sistema, sendo dois lados diferentes da mesma moeda.

Desta forma, ficou evidente que os modelos de policiamento, modos operantes e formas mais enérgicas de ação, são condizentes com necessidade do ambiente, onde a própria sociedade influencia a forma de agir da polícia.

5 REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **O trabalho policial**. p.117-143 In: Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa; tradução de Renê Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo, SP: 2002.

BITTNER, Ergon. **Aspectos do trabalho policial**. In: **Polícias e sociedades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 101.

BITTNER, Ergon. **Aspectos do trabalho policial**. In: **Polícias e sociedades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 273-293.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade: gestão de segurança pública violência e controle social**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b5pv2/pdf/costa-9788523212193-08.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2018

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade: gestão de segurança pública violência e controle social**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b5pv2/pdf/costa-9788523212193-10.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

MONET, J.C. **Missões, Poderes e Forças de Policiais**. In: **Polícias e Sociedades na Europa**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001. p. 103-128.

OLIVEIRA, Katya Luciane; SANTOS, Luana Minharo. **Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/868/86819460009/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

PAZ, Jorge Luiz et al. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. São Paulo Perspec. vol.18 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2004

RAMOS, Edinilsa; SOUZA, Maria Cecília. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho**. Disponível em:

<https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232005000400015&script=sci_arttext&tlng=>. Acesso em: 17 fev. 2018.